



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ

Concurso Público para Provimento de Cargos de **Contador**

P R O V A

Conhecimentos Específicos

I N S T R U Ç Õ E S

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 9 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

(...) Mas mesmo o Renascimento, com sua afirmação autoral, é marcado pelo desejo de entender a ordem divina.

*Trata-se, portanto, antes e depois de tudo, de um respeito que sinto por essa tradição. E de uma aceitação tranqüila da crença dos que necessitam da idéia de Deus – como disse no **New York Review of Books** o extraordinário físico e ensaísta Freeman Dyson: "Para mim, adorar a Deus significa reconhecer que a mente e a inteligência são costuradas no tecido do nosso universo de uma forma que ultrapassa nossa compreensão." Dyson é um dos maiores defensores mundiais da ciência, mas sabe que a maioria das pessoas a teme, pois a vê, sobretudo desde a bomba atômica, como inimiga do humanismo – humanismo que é um conceito que deriva diretamente dos evangelhos cristãos.*

*Mas a religião pode ser um campo de discórdia, de fomento ao anti-humanismo, tão nocivo quanto ou mais nocivo ainda. Vide Oriente Médio. E a ciência, bem entendida, pode não só colaborar com o desenvolvimento humano dos países, mas também ser um ensinamento da dúvida e da tolerância, os dois valores fundamentais do humanismo. Numa recém-lançada coletânea de artigos publicados no mesmo **New York Review of Books**, o genial físico Steven Weinberg chama a ciência de "arte liberal" e diz mais ou menos o que o biólogo Richard Dawkins diz: que o universo tem um "design", mas não um "designer". Ser religioso é acreditar na existência de um ente superior, de vontade própria. Ser a favor da ciência não significa reconhecer que existem coisas acima do sujeito, mas exatamente o contrário – e pode chamá-las de Natureza.*

Os valores morais que as religiões cultivaram ao longo dos séculos – como a solidariedade e a simplicidade –, assim como a admiração por seus produtos estéticos, não são incompatíveis com o desconfiar de seus dogmas. Mas desconfiar de dogmas, inclusive os que vêm da ciência, é uma lição que a ciência também dá.

(Adaptado de Daniel Piza. **O Estado de S. Paulo**. 7 abril 2002)

1. Considere as afirmativas que seguem, relativas ao texto.

- I. Tanto religiosos quanto cientistas podem igualar-se na dúvida, que sempre é uma lição de como viver em harmonia.
- II. Cientistas não costumam aceitar a idéia de religião, pois ela diverge de seus pressupostos básicos.
- III. Ciência e religião imbricam-se em seus valores e conseqüências, que podem ser tanto bons quanto maus.

De acordo com o texto, é correto o que se afirma **SOMENTE** em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

2. ... pois a vê, sobretudo desde a bomba atômica, como inimiga do humanismo. (2º parágrafo)

O comentário grifado na frase acima justifica-se pelo fato de que

- (A) o desenvolvimento científico teve início com a descoberta do átomo e a explosão da bomba, no século passado.
- (B) a explosão da bomba atômica separou Ocidente e Oriente de forma radical, assim como se separam ciência e religião.
- (C) pode haver erros em projetos de base científica, como o da bomba atômica, com seu imenso poder de destruição.
- (D) a ciência chegou ao seu limite máximo com a construção da bomba atômica e seus efeitos danosos.
- (E) um avanço científico pode vir a tornar-se instrumento de destruição da humanidade, em vez de trazer-lhe benefícios.

3. Vide Oriente Médio. (3º parágrafo)

A frase acima, considerando-se o contexto,

- (A) é o argumento utilizado pelo autor para comprovar a tese proposta.
- (B) marca o início da conclusão a que o autor quer chegar, em defesa da religião.
- (C) constitui um exemplo de como a religião pode impedir o desenvolvimento científico.
- (D) aponta para uma opinião isolada dentro do contexto, interrompendo o fluxo das idéias.
- (E) localiza um fato que se opõe, pela concisão, ao desenvolvimento da tese proposta.

<p>4. <i>E a ciência, bem entendida, <u>pode não só colaborar</u> com o desenvolvimento humano dos países, <u>mas também ser um ensinamento da dúvida e da tolerância</u>.</i></p> <p>Os segmentos grifados mantêm o mesmo sentido em</p> <p>(A) não pode colaborar - nem ser ensinamento.</p> <p>(B) pode não colaborar - mas ser ensinamento.</p> <p>(C) só não pode colaborar - e ser ensinamento.</p> <p>(D) tanto pode colaborar - quanto ser ensinamento.</p> <p>(E) enquanto colaborar - pode ser ensinamento.</p>	<p>7. A concordância está de acordo com a norma padrão, na frase:</p> <p>(A) Tratam-se de opiniões diversas sobre um e outro campo, que marcaram o desenvolvimento da humanidade.</p> <p>(B) São aspectos – seja da ciência, seja da religião – que ultrapassa nossa possibilidade de compreensão do universo.</p> <p>(C) Há conceitos, derivados diretamente do Evangelho, que podem ser interpretados de maneira que os torne extremamente nocivos.</p> <p>(D) Sabe-se que as pessoas temem as descobertas científicas, pois as vê como prejudiciais, muitas vezes, à humanidade.</p> <p>(E) Mesmo os postulados da ciência podem trazer, embutido neles, ensinamentos muito próximos da dúvida e da tolerância.</p>
<p>5. – <i>como a solidariedade e a simplicidade</i> – (último parágrafo)</p> <p>Foram usados travessões para</p> <p>(A) interromper intencionalmente o pensamento.</p> <p>(B) incluir um segmento explicativo.</p> <p>(C) concluir, com uma hesitação, uma idéia secundária.</p> <p>(D) preencher uma lacuna dentro do período.</p> <p>(E) enunciar um fato com entoação exclamativa.</p>	<p>8. Está correta a flexão do verbo grifado na frase:</p> <p>(A) Alguns cientistas até <u>crêem</u> que existe no universo uma ordem que ultrapassa a compreensão dos homens.</p> <p>(B) Muitas vezes, no decorrer da história, o progresso científico <u>deteu-se</u> em nome dos dogmas religiosos.</p> <p>(C) Em todos os tempos <u>adviram</u> situações de conflito, devido tanto a posturas religiosas quanto a descobertas científicas.</p> <p>(D) Até hoje, representantes das altas esferas religiosas <u>vêm</u> o desenvolvimento científico como um inimigo da fé popular.</p> <p>(E) Descobertas científicas, em todo tempo, <u>anteporam-se</u> à aceitação de dogmas, questionando-os.</p>
<p>6. Está correto o segmento grifado na frase:</p> <p>(A) Alguns cientistas pensam <u>de que</u> é possível conciliar informações trazidas pela ciência e a crença em Deus.</p> <p>(B) A maioria das pessoas acredita <u>com que</u> se deve temer o uso das descobertas científicas contra a humanidade.</p> <p>(C) Supõe-se <u>em que</u> o universo seja o resultado da vontade soberana de um ente superior, acima da humanidade.</p> <p>(D) Os pesquisadores, <u>cujo</u> o conhecimento científico deve ser notável, costumam ignorar a idéia de uma força sobrenatural no universo.</p> <p>(E) A religião, <u>de cuja</u> importância os cientistas costumam duvidar, pode ser usada por extremistas para desencadear o mal.</p>	<p>9. Muitas pessoas costumam permanecer espera de soluções apontadas quer pela religião, quer pela ciência, mesmo que caiba elas duvidar de postulados que todos são submetidos.</p> <p>As lacunas da frase acima estão corretamente preenchidas por</p> <p>(A) à - à - a</p> <p>(B) à - a - a</p> <p>(C) à - à - à</p> <p>(D) a - a - à</p> <p>(E) a - a - a</p>

Atenção: As questões de números 10 a 18 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

A miséria tem um componente inercial. O problema não foi criado por este ou aquele governo, mas ao longo da história do País, e se avoluma ano a ano. Entre as famílias mais pobres, registra-se hoje uma taxa de natalidade de cinco filhos, maior que a média entre as faixas mais altas da pirâmide social. Perpetua-se assim a pobreza, que cresce num ritmo maior que a capacidade de geração de riqueza e empregos da economia.

O primeiro contingente de miseráveis surgidos no país foram os escravos. Mesmo depois da Abolição, eles continuaram vivendo numa situação de pobreza extrema. Essa herança reflete-se até hoje em estatísticas como as taxas de analfabetismo e de mortalidade infantil, proporcionalmente maiores na população negra. Nos anos 30, o País começou a dar seus primeiros passos para se tornar mais urbano e industrial. O então presidente Getúlio Vargas promoveu mudanças significativas nas relações trabalhistas, o que certamente beneficiou muita gente, mas foi um desenvolvimento seletivo. Quem tinha emprego e estava nas cidades passou a ter a profissão regulamentada e a ganhar 13º salário, entre outros benefícios. Melhorou de vida. Os que na época estavam fora do mercado de trabalho continuaram na pobreza.

A partir dos anos 50, durante o governo de Juscelino Kubitschek, o Brasil entrou num processo de industrialização convulsiva, simbolizado pelo slogan "Cinquenta anos em cinco". Financiadas pelo Estado, surgiram a malha rodoviária, a indústria automobilística, diversas universidades e as grandes usinas de energia. De 48º PIB mundial na década de 60, o País saltou para a 8ª posição, vinte anos depois. O progresso trouxe alguns efeitos colaterais: aumentou as diferenças regionais entre o Sudeste, onde se concentraram os investimentos da indústria, e o Nordeste, que permaneceu atrelado a uma economia rural atrasada sujeita a intempéries como a seca. As faixas mais altas da pirâmide social foram as mais beneficiadas por esse processo de desenvolvimento, que teve seu auge na década de 70. Sua renda cresceu num ritmo mais acentuado que o das camadas pobres. Foi sempre assim. Com uma singela exceção: o período inicial do Plano Real, quando milhões de pobres se beneficiaram do fim do imposto inflacionário e passaram a ter renda mínima para a sobrevivência.

(Veja, janeiro/2002, p. 92-93)

10. Foi sempre assim.

Considerando-se o contexto, é correto afirmar que a frase acima

- (A) analisa os fatos a que o autor se refere no parágrafo anterior.
- (B) introduz uma ressalva ao conjunto de situações abordadas.
- (C) indica a causa que desencadeou os fatos anteriores.
- (D) conclui a argumentação que vem sendo desenvolvida no texto.
- (E) estabelece a condição necessária para uma solução dos problemas apontados.

11. É correto afirmar que, de acordo com o texto,

- (A) as taxas de natalidade, maiores que as de mortalidade infantil, são índices que confirmam a melhoria das condições de vida da população brasileira.
- (B) a indústria brasileira, especialmente a automobilística, trouxe bem-estar para toda a população do norte ao sul do País.
- (C) convém que o Estado evite a ingerência dos órgãos oficiais na economia do País, a qual deve basear-se na propriedade e nas atividades particulares.
- (D) a faixa mais alta da pirâmide social mantém-se em posição de destaque em razão da média mais elevada de natalidade.
- (E) a população negra ainda permanece refém de problemas não solucionados, que se originaram na época da escravidão.

12. O componente inercial da pobreza (1ª linha) a que se refere o texto diz respeito

- (A) ao índice de natalidade, que é maior nas camadas sociais mais baixas da população.
- (B) à ausência de controle da produção industrial, principalmente na região sudeste.
- (C) ao desinteresse político dos governantes em controlar as taxas de natalidade.
- (D) ao atraso da economia brasileira, que ainda se fundamenta na atividade rural.
- (E) aos problemas derivados do clima, especialmente às secas da região nordeste.

13. Sua renda cresceu num ritmo mais acentuado que o das camadas pobres.

O pronome grifado na frase acima substitui, no texto,

- (A) seu auge.
- (B) o ritmo.
- (C) o progresso.
- (D) o período inicial.
- (E) um processo de desenvolvimento.

14. Que tinha emprego...

O mesmo tempo e o mesmo modo da forma verbal grifada acima repetem-se na frase:

- (A) e se avoluma ano a ano.
- (B) mas foi um desenvolvimento seletivo.
- (C) os que estavam fora do mercado de trabalho...
- (D) o País saltou para a 8ª posição.
- (E) onde se concentraram os investimentos da indústria.

15. ... que teve seu auge na década de 70. (último parágrafo)

O emprego da forma verbal grifada na frase acima indica

- (A) uma ação terminada num tempo passado.
- (B) uma hipótese a concretizar-se no futuro.
- (C) a continuidade da ação até o momento presente.
- (D) a repetição, no presente, de uma ação passada.
- (E) uma ação realizada dentro de limites de tempo imprecisos.

<p>16. A concordância deixa de seguir a norma padrão, na frase:</p> <p>(A) Registram-se, hoje, nas famílias mais pobres, taxas de natalidade maiores que a média brasileira.</p> <p>(B) O número de pobres cresce mais do que as possibilidades de geração de riqueza.</p> <p>(C) As condições de pobreza são perpetuadas, num ciclo vicioso, pois não existem postos de trabalho suficientes.</p> <p>(D) Muitos empregados foram beneficiados com as mudanças nas relações trabalhistas, melhorando as condições de vida.</p> <p>(E) Com isso, cresceu as diferenças regionais entre o Sudeste e o Nordeste, região sujeita a um clima inóspito.</p>	<p>19. Encontram-se palavras escritas com desrespeito à norma culta da língua na frase:</p> <p>(A) Há, no país, bolsões de pobreza, em que inexistem recursos mínimos indispensáveis para a sobrevivência da população.</p> <p>(B) A escassês de chuvas – um fato que caracteriza a região Nordeste – desencadeia sérios problemas socioeconômicos de difícil solução.</p> <p>(C) O grande número de miseráveis – que vivem abaixo da linha de pobreza – não tem acesso a, no mínimo, uma refeição nutritiva básica diária.</p> <p>(D) Uma grande porcentagem indica o número de brasileiros que, apesar da origem humilde, conseguiram prestígio profissional e ascensão social.</p> <p>(E) O Brasil é um país rico, o que torna inexplicável a pobreza extrema de 23 milhões de brasileiros, problema até agora mal resolvido.</p>
<p>17. <i>O problema não foi criado por este ou aquele governo.</i></p> <p>Transpondo-se a frase acima para a voz ativa, a forma verbal passa a ser</p> <p>(A) criara.</p> <p>(B) criou.</p> <p>(C) criaram-se.</p> <p>(D) tinha criado.</p> <p>(E) era criado.</p>	<p>20. Está correta a pontuação no período:</p> <p>(A) Como consequência do emprego inadequado de recursos, o Brasil aparece todos os anos nas listagens internacionais como um dos países com maior concentração de renda do planeta.</p> <p>(B) Como consequência do emprego inadequado de recursos, o Brasil aparece todos os anos nas listagens internacionais como um dos países, com maior concentração, de renda do planeta.</p> <p>(C) Como consequência do emprego inadequado de recursos o Brasil, aparece todos os anos nas listagens internacionais, como um dos países com maior concentração de renda do planeta.</p> <p>(D) Como consequência do emprego, inadequado de recursos, o Brasil aparece todos os anos nas listagens, internacionais como um dos países com maior concentração de renda do planeta.</p> <p>(E) Como consequência do emprego inadequado de recursos o Brasil aparece todos os anos, nas listagens internacionais como, um dos países com maior concentração de renda do planeta.</p>
<p>18. <i>Quem tinha emprego passou a ter a profissão regulamentada. Melhorou de vida. Continuaram na pobreza os que estavam fora do mercado de trabalho.</i></p> <p>As três afirmativas encontram-se unidas num só período, com correção e clareza, mantendo o sentido original do texto, em:</p> <p>(A) Enquanto melhorou de vida, quem tinha emprego passou a ter a profissão regulamentada e, em compensação, continuou na pobreza os que estavam fora do mercado de trabalho.</p> <p>(B) Os que tinham emprego, houve melhora de vida, que passou a ter profissão regulamentada, e continuou na pobreza os que estavam fora do mercado de trabalho.</p> <p>(C) Porque melhorou de vida, quem tinha emprego e passou a ter a profissão regulamentada, continuaram a pobreza, visto que estavam fora do mercado de trabalho.</p> <p>(D) Quem tinha emprego, passou a ter profissão regulamentada e melhorou de vida, embora tenham continuado na pobreza os que estavam fora do mercado de trabalho.</p> <p>(E) Em que pese o emprego, melhorou de vida com a profissão regulamentada, o que, em oposição, continuaram na pobreza os que estavam fora do mercado de trabalho.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO CONSTITUCIONAL</p> <p>21. A obrigatória aprovação, por referendo popular, de uma Constituição elaborada por uma assembléia constituinte, caracteriza o procedimento constituinte chamado de</p> <p>(A) essencialmente direto.</p> <p>(B) indireto.</p> <p>(C) necessariamente federal.</p> <p>(D) misto.</p> <p>(E) essencialmente representativo.</p> <p>22. Segundo a concepção positivista, o poder constituinte originário é um poder</p> <p>(A) precedente à Constituição e limitado juridicamente.</p> <p>(B) de fato e limitado juridicamente.</p> <p>(C) de direito, ilimitado jurídica e sociologicamente.</p> <p>(D) supraconstitucional e limitado unicamente pelo direito natural.</p> <p>(E) de fato ou de direito, dependendo da maneira como se manifesta e limitado apenas pela norma fundamental hipotética.</p>

<p>23. Uma Constituição em que predominam, como seus elementos constitutivos, o princípio da subsidiariedade, o princípio do Estado mínimo e o princípio da não-intervenção ou da neutralidade, caracteriza, segundo a doutrina, a Constituição do Estado</p> <p>(A) socialista. (B) social. (C) liberal. (D) federal. (E) unitário.</p>	<p>28. A Constituição brasileira</p> <p>(A) veda, em qualquer caso, a perda ou suspensão de direitos políticos. (B) admite a cassação de direitos políticos no caso de condenação criminal transitada em julgado. (C) sempre admite a cassação de direitos políticos nos casos de apenação por improbidade administrativa. (D) admite a perda ou suspensão de direitos políticos para o objeto de consciência, somente se este se recusar a cumprir tanto obrigação geral, quanto prestação alternativa imposta por lei. (E) só admite a cassação de direitos fundamentais no caso de cancelamento da naturalização, desde que por sentença judicial transitada em julgado.</p>
<p>24. O princípio da separação de Poderes assegurado pela Constituição brasileira tem como cláusula parâmetro a independência entre os Poderes, que significa, inclusive na sua interpretação e aplicação, que</p> <p>(A) os órgãos do governo atuam de modo inteiramente discricionário. (B) todos os membros do Poder Judiciário são nomeados pelo próprio Poder, em razão de sua autonomia administrativa. (C) os Poderes não sofrem qualquer tipo de controle uns pelo outros. (D) a permanência nos órgãos de um dos Poderes políticos não depende da confiança nem da vontade dos outros. (E) um Poder não pode atuar sem a concordância, autorização ou colaboração do outro.</p>	<p>29. Para garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes estaduais, a intervenção da União no Estado</p> <p>(A) depende, sempre, de requisição do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, por força da autonomia constitucional do Estado. (B) depende de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República. (C) depende de provimento, pelo Superior Tribunal de Justiça, de representação do Procurador-Geral da República. (D) é ato discricionário do Presidente da República e independe de solicitação dos poderes estaduais. (E) depende de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário.</p>
<p>25. Os direitos sociais (ou de 2ª geração), assegurados pela Constituição brasileira, podem ser corretamente qualificados de direitos fundamentais</p> <p>(A) negativos, do cidadão perante o Estado. (B) de natureza positiva, porquanto exigem prestações positivas do Estado. (C) de participação, porquanto permitem a participação do cidadão no exercício do poder estatal. (D) positivos, de natureza exclusivamente econômica. (E) negativos, de natureza econômica, social e cultural.</p>	<p>30. Consoante disposição expressa da Constituição Federal, em matéria de competência legislativa, o Distrito Federal tem competência</p> <p>(A) privativa, para legislar sobre saúde e assistência pública. (B) privativa, para legislar sobre produção e consumo. (C) delegada, para legislar sobre registros públicos. (D) concorrente, para legislar sobre orçamento e custas dos serviços forenses. (E) concorrente, para legislar sobre assuntos de interesse local.</p>
<p>26. A Constituição brasileira assegura a todos o acesso à informação, mas resguarda o sigilo da fonte</p> <p>(A) exclusivamente aos parlamentares. (B) a todos, em qualquer caso ou processo, como proteção ao princípio da intimidade. (C) aos parlamentares e aos servidores públicos em geral. (D) exclusivamente nos processos de natureza penal. (E) quando necessário ao exercício profissional.</p>	<p>31. A composição numérica do Poder Legislativo estadual</p> <p>(A) é matéria da competência exclusiva do Poder Constituinte Estadual e fixada na Constituição do Estado. (B) depende de lei complementar federal. (C) é determinada por norma da Constituição brasileira, insuscetível de alteração pelo Poder Constituinte estadual. (D) depende de resolução do Tribunal Superior Eleitoral. (E) não é matéria constitucional.</p>
<p>27. Segundo a Constituição brasileira, a pequena propriedade rural, assim definida por lei, desde trabalhada pela família,</p> <p>(A) é insuscetível de penhora, em qualquer caso. (B) poderá ser objeto de penhora em todas as hipóteses em que pode ocorrer a aplicação do instituto. (C) não será objeto de penhora, no caso de pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva. (D) só é suscetível de penhora nas hipóteses em que se resguarda o bem de família. (E) só é suscetível de penhora para pagamento de pensão alimentícia.</p>	

<p>32. Se um membro do Tribunal de Contas do Estado praticar um ato de improbidade administrativa, tipificado como crime de responsabilidade, será ele julgado perante</p> <p>(A) o Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(B) o Senado Federal.</p> <p>(C) a Assembléia Legislativa do Estado.</p> <p>(D) o Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(E) o Tribunal de Justiça do Estado.</p>	<p>36. O voto, nas deliberações da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí,</p> <p>(A) será sempre secreto, a fim de resguardar a independência dos parlamentares.</p> <p>(B) será necessariamente proferido em escrutínio secreto, no caso de veto.</p> <p>(C) nunca poderá ser secreto, tendo-se em vista, o princípio democrático de transparência que deve nortear a atuação parlamentar.</p> <p>(D) poderá ser secreto, nominal ou aberto, conforme determinar, discricionariamente, o Presidente da Assembléia Legislativa.</p> <p>(E) será direto e secreto apenas nos casos definidos pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa.</p>
<p>33. Dentre os princípios constitucionais estaduais expressos, a serem observados pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí no exercício do controle externo destacam-se os da</p> <p>(A) legalidade, legitimidade e economicidade.</p> <p>(B) isonomia, responsabilidade objetiva do Estado e motivação.</p> <p>(C) legalidade, razoabilidade e prevalência do interesse público.</p> <p>(D) legalidade, equilíbrio financeiro do contrato e publicidade.</p> <p>(E) motivação, legitimidade e igualdade.</p>	<p>37. No Estado do Piauí, a faculdade de o Governador do Estado expedir medida provisória constitui</p> <p>(A) exercício do poder regulamentar, inerente ao Poder Executivo.</p> <p>(B) delegação legislativa.</p> <p>(C) violação do princípio constitucional da incompatibilidade de funções, inerente ao princípio da separação de poderes.</p> <p>(D) exercício da função legislativa, decorrente de competência constitucional própria e expressa.</p> <p>(E) exceção ao princípio da harmonia entre os poderes.</p>
<p>34. Ante a Constituição do Estado do Piauí, é competência do Tribunal de Contas do Estado, no caso de ilegalidade de despesas ou de irregularidades na prestação de contas,</p> <p>(A) propor à Assembléia Legislativa a aplicação das sanções legais cabíveis.</p> <p>(B) aplicar sanções independentemente de previsão legal.</p> <p>(C) aplicar sanções previstas em lei, salvo no caso de multa, cuja aplicação independe de previsão legal.</p> <p>(D) propor ao Governador do Estado a aplicação das sanções legais cabíveis.</p> <p>(E) aplicar as sanções previstas em lei, inclusive multa proporcional ao valor do dano causado.</p>	<p>38. A Constituição do Estado do Piauí adota, entre as espécies normativas relacionadas no processo legislativo, a medida provisória. Na redação original do texto constitucional estadual, a medida provisória no âmbito estadual diferia da medida provisória disciplinada originalmente no âmbito federal quanto</p> <p>(A) aos pressupostos.</p> <p>(B) aos prazos.</p> <p>(C) à matéria vedada a essa espécie normativa.</p> <p>(D) aos efeitos.</p> <p>(E) à natureza.</p>
<p>35. Dentre as formas de participação popular no exercício do controle das funções da Administração, a Constituição do Estado do Piauí prevê</p> <p>(A) a iniciativa popular das leis.</p> <p>(B) o referendo constitucional.</p> <p>(C) a legitimação do cidadão para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas.</p> <p>(D) a legitimação do cidadão para propor ação direta de controle de constitucionalidade de leis populares.</p> <p>(E) a legitimação de qualquer partido político para propor a ação direta de inconstitucionalidade por omissão do Poder Legislativo ou do Poder Executivo.</p>	<p>39. Conforme a doutrina e ante o disposto na Constituição do Estado do Piauí, é possível afirmar que</p> <p>(A) a Constituição estadual não estabelece diferença hierárquica ou material entre lei complementar e lei ordinária.</p> <p>(B) é lei complementar toda lei aprovada por quorum de maioria absoluta de votos dos membros da Assembléia Legislativa.</p> <p>(C) é lei complementar toda lei aprovada por quorum qualificado de dois terços dos votos dos membros da Assembléia Legislativa.</p> <p>(D) qualquer matéria pode ser veiculada por lei complementar desde que aprovada pela maioria dos votos dos deputados estaduais.</p> <p>(E) a lei complementar tem matéria reservada e quorum de aprovação qualificado.</p>

<p>40. Segundo estabelece a Constituição do Estado do Piauí, o Ministério Público Estadual junto ao Tribunal de Contas do Estado</p> <p>(A) integra o Ministério Público Estadual, sendo submetido aos mesmos princípios institucionais que o disciplina.</p> <p>(B) é órgão autônomo em relação ao Ministério Público Estadual e integrado por membros que gozam dos mesmos direitos e vantagens e se submetem às mesmas vedações dos Procuradores de Justiça do Ministério Público Estadual.</p> <p>(C) é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, e tem como atribuição a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, do patrimônio público e do interesse público em geral.</p> <p>(D) tem regime funcional próprio, não se lhe aplicando, por expressa determinação constitucional, as normas relativas aos direitos e deveres do Ministério Público Estadual.</p> <p>(E) é integrado por Procuradores que gozam das garantias da vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos, nos termos em que as estabelecer a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado.</p>	<p>43. Suponha que uma autoridade administrativa resolva exonerar um servidor ocupante de cargo em comissão. No ato de exoneração, a autoridade, mesmo que não fosse obrigada a tanto, indica como motivo de sua decisão a prática de atos de improbidade pelo servidor. Caso tal motivo não corresponda à realidade, o ato de exoneração deverá ser</p> <p>(A) invalidado, mesmo que a autoridade possa voltar a praticá-lo independentemente do motivo apontado.</p> <p>(B) mantido, sendo considerado lícito, já que um servidor ocupante de cargo em comissão pode ser exonerado livremente pela autoridade competente.</p> <p>(C) invalidado, mantidos todavia seus efeitos, os quais poderiam ter sido produzidos independentemente do motivo apontado.</p> <p>(D) mantido, respondendo porém a autoridade que o praticou por ilícito administrativo.</p> <p>(E) mantido, respondendo porém a autoridade que o praticou, na esfera cível, por danos morais.</p>
<p style="text-align: center;">DIREITO ADMINISTRATIVO</p> <p>41. Decorre do princípio da impessoalidade, ao qual está vinculada a Administração Pública, a</p> <p>(A) impossibilidade de responsabilização pessoal de servidor público por ato que corresponda ao exercício de sua função, em relação à qual tenha competência privativa.</p> <p>(B) vedação da identificação nominal da autoridade responsável pela decisão de processos administrativos disciplinares, sendo a decisão atribuída ao órgão público ao qual pertença a autoridade.</p> <p>(C) proibição de que constem da publicidade de atos, programas e campanhas de órgãos públicos, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.</p> <p>(D) impossibilidade de tratamento favorecido de pessoas, pelo critério de condições físicas, para fins de ingresso nas carreiras públicas.</p> <p>(E) negação do caráter <i>intuitu personae</i> dos contratos administrativos em geral.</p>	<p>44. A revogação de um ato administrativo de caráter normativo geral</p> <p>(A) não é possível.</p> <p>(B) só pode ser feita pela própria Administração, de ofício ou mediante a provocação de qualquer interessado.</p> <p>(C) só pode ser feita pelo Poder Judiciário, mediante a provocação de qualquer interessado.</p> <p>(D) só pode ser feita pelo Poder Judiciário, mediante a provocação da própria Administração.</p> <p>(E) pode ser feita pela própria Administração, de ofício ou mediante a provocação de qualquer interessado, ou pelo Poder Judiciário, mediante a provocação de qualquer interessado.</p> <p>45. Quando cabível, a licitação para a concessão de direito real de uso de bem imóvel pela Administração a particular, conforme regra estabelecida na Lei nº 8.666/93, deve ocorrer na modalidade</p> <p>(A) correspondente ao valor do bem cujo uso está sendo concedido.</p> <p>(B) convite.</p> <p>(C) concorrência.</p> <p>(D) tomada de preços.</p> <p>(E) pregão.</p>
<p>42. O desvio de poder, em matéria de atos administrativos, configura vício relativo ao elemento</p> <p>(A) agente.</p> <p>(B) forma.</p> <p>(C) objeto.</p> <p>(D) motivo.</p> <p>(E) finalidade.</p>	<p>46. Configura hipótese de dispensa de licitação, nos termos da Lei nº 8.666/93,</p> <p>(A) a necessidade de a União intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.</p> <p>(B) a aquisição, em periodicidade regular, de material de uso pessoal e administrativo pelas Forças Armadas.</p> <p>(C) a contratação de associação de portadores de deficiência física, com ou sem fins lucrativos, para a prestação de serviços para a Administração.</p> <p>(D) a contratação realizada por empresa pública com subsidiária sua, para prestação de serviços, independentemente do preço ou valor envolvidos.</p> <p>(E) a contratação de remanescente de obra, em consequência de rescisão contratual, atendida a ordem de classificação da licitação anterior e respeitada a oferta então realizada pela empresa a ser contratada.</p>

<p>47. Determinado órgão da Administração Pública Federal, para aplicar o sistema de registro de preços, realiza seleção mediante tomada de preços, comunicando aos interessados a especificação completa dos bens a serem adquiridos, inclusive preferência por fabricante e marca, e informando que o registro terá validade de 2 anos. Nessa situação o órgão público</p> <p>(A) atendeu às exigências da Lei nº 8.666/93.</p> <p>(B) desrespeitou a Lei nº 8.666/93 apenas no tocante à modalidade de licitação empregada.</p> <p>(C) desrespeitou a Lei nº 8.666/93 apenas no tocante à descrição dos bens a serem adquiridos.</p> <p>(D) desrespeitou a Lei nº 8.666/93 apenas no tocante ao prazo de validade do registro.</p> <p>(E) desrespeitou a Lei nº 8.666/93 no tocante aos três aspectos mencionados.</p>	<p>50. Sabe-se que em certas hipóteses a Administração pode alterar unilateralmente um contrato administrativo, promovendo acréscimos ou supressões em seu objeto, dentro de determinado percentual em relação ao valor inicial atualizado do contrato. Nesse sentido, é possível</p> <p>(A) a supressão, no percentual de 50%, em um contrato de reforma de equipamento.</p> <p>(B) o acréscimo, no percentual de 30%, em um contrato de compra.</p> <p>(C) o acréscimo, no percentual de 45%, em um contrato de reforma de edifício.</p> <p>(D) a supressão, no percentual de 40%, em um contrato de obra.</p> <p>(E) a supressão, no percentual de 35%, em um contrato de serviço.</p>
<p>48. Em determinado processo de licitação, do tipo menor preço, sem fixação de preço máximo, para a contratação de serviços de engenharia, o valor orçado pela Administração foi de R\$ 109.000,00. Nesse processo, compareceram apenas as empresas A, B e C, que foram habilitadas e ofereceram propostas, respectivamente, no valor de R\$ 110.000,00; R\$ 90.000,00 e R\$ 50.000,00. Considerando os preços oferecidos e considerando que nenhuma das empresas licitantes possui situação que justifique composição de custos diversa da do mercado, a empresa que deve ser considerada vencedora é a</p> <p>(A) A, sendo as empresas B e C desclassificadas.</p> <p>(B) B, sendo as empresas A e C desclassificadas.</p> <p>(C) C, ficando a empresa B em segundo lugar e a empresa A em terceiro.</p> <p>(D) B, ficando a empresa A em segundo lugar e sendo a empresa C desclassificada.</p> <p>(E) C, ficando a empresa B em segundo lugar e sendo a empresa A desclassificada.</p>	<p>51. A rescisão unilateral, de pleno direito, do contrato administrativo pelo particular contratado, nos termos da Lei nº 8.666/93,</p> <p>(A) não é possível.</p> <p>(B) é possível no caso de atraso injustificado dos pagamentos pela Administração por mais de 90 dias.</p> <p>(C) é possível no caso de suspensão injustificada da execução do contrato, por mais de 120 dias, por ordem escrita da Administração.</p> <p>(D) é possível no caso de alteração unilateral do contrato, por parte da Administração, afetando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.</p> <p>(E) é possível no caso de não liberação, por parte da Administração, nos prazos contratuais, do local de execução de obra.</p>
<p>49. A participação do Poder Público em um contrato que seja regido predominantemente por normas de direito privado é</p> <p>(A) vedada pela Lei nº 8.666/93, independentemente do ente da Administração envolvido.</p> <p>(B) permitida, independentemente do ente da Administração envolvido, aplicando-se, no que couber, as regras gerais da Lei nº 8.666/93.</p> <p>(C) permitida desde que se trate de ente da Administração direta, não incidindo a Lei nº 8.666/93.</p> <p>(D) permitida desde que se trate de ente da Administração autárquica, não incidindo a Lei nº 8.666/93.</p> <p>(E) permitida desde que se trate de ente da Administração fundacional, não incidindo a Lei nº 8.666/93.</p>	<p>52. Determinado contrato administrativo foi prorrogado, sem que houvesse a correspondente autorização em lei, no próprio contrato e nem no edital da respectiva licitação. Sabe-se que tanto o agente público que deu causa à prorrogação, como o contratado que concorreu para a prorrogação e dela se beneficiou injustamente, tinham plena consciência das circunstâncias em que a prorrogação ocorreu. Nessa situação, a conduta do contratado configura</p> <p>(A) ilícito exclusivamente administrativo, gerando a incidência das sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/93.</p> <p>(B) crime, punível com detenção e multa.</p> <p>(C) mera irregularidade, sanável por decisão da autoridade administrativa superior.</p> <p>(D) ilícito exclusivamente administrativo, podendo ser dispensada a aplicação de sanções por decisão da autoridade administrativa superior.</p> <p>(E) mera irregularidade, acarretando a anulabilidade do contrato.</p>

<p>53. Determinada autoridade presencia a prática de um ilícito administrativo por um subordinado seu. Nesse caso, a aplicação da penalidade ao autor do ilícito</p> <p>(A) não depende de processo administrativo, incidindo a regra da "verdade sabida".</p> <p>(B) não depende de processo administrativo, incidindo o princípio da autotutela administrativa.</p> <p>(C) ainda assim depende de processo administrativo, no qual pode ser dispensada a manifestação do autor do ilícito, a critério da autoridade.</p> <p>(D) ainda assim depende de processo administrativo, no qual, porém, não será admitido recurso, incidindo a regra da "verdade sabida".</p> <p>(E) ainda assim depende de processo administrativo, no qual devem ser assegurados ao autor do ilícito o contraditório e a ampla defesa.</p>	<p style="text-align: center;">CONTABILIDADE</p> <p>56. O atributo apropriado correntemente utilizado, quando da mensuração de terrenos nos negócios, é</p> <p>(A) custo histórico.</p> <p>(B) custo corrente.</p> <p>(C) valor corrente e mercado.</p> <p>(D) valor líquido de realização.</p> <p>(E) valor presente do fluxo de caixa futuro.</p>
<p>54. A concessão de serviço público se dá por meio de</p> <p>(A) lei e opera a transferência da titularidade do serviço público do Poder Público para o concessionário.</p> <p>(B) ato administrativo unilateral e opera a transferência da titularidade do serviço público do Poder Público para o concessionário.</p> <p>(C) contrato e opera a transferência da titularidade do serviço público do Poder Público para o concessionário.</p> <p>(D) contrato e opera a transferência da execução do serviço público do Poder Público para o concessionário.</p> <p>(E) ato administrativo unilateral e opera a transferência da execução do serviço público do Poder Público para o concessionário.</p>	<p>57. Em uma empresa de varejo, todos os seguintes itens deveriam ser considerados como operacionais, EXCETO,</p> <p>(A) vendas a prazo.</p> <p>(B) custo das mercadorias vendidas.</p> <p>(C) receita de dividendos.</p> <p>(D) despesas administrativas.</p> <p>(E) despesas de vendas.</p> <p>58. A reserva legal é calculada tomando como base de cálculo</p> <p>(A) o patrimônio líquido.</p> <p>(B) os lucros acumulados.</p> <p>(C) o capital ordinário.</p> <p>(D) o lucro operacional.</p> <p>(E) o lucro líquido.</p>
<p>55. Uma sociedade de economia mista, prestadora de serviço público, por meio de um empregado seu que agiu com negligência ao desenvolver o serviço, causa danos a um terceiro. O terceiro pretende cobrar os prejuízos da sociedade; e esta pretende se ressarcir junto ao empregado. Nessa situação, a responsabilidade civil da sociedade e a do empregado são, respectivamente,</p> <p>(A) objetiva e objetiva.</p> <p>(B) subjetiva e subjetiva.</p> <p>(C) objetiva e subjetiva.</p> <p>(D) subjetiva e inexistente.</p> <p>(E) inexistente e subjetiva.</p>	<p>59. Considere os dados abaixo.</p> <p>Imóvel fabril em uso nas atividades10 000</p> <p>Seguros pagos antecipadamente5 000</p> <p>Vendas5 000</p> <p>Ações de Coligadas40 000</p> <p>Caixa8 000</p> <p>Bancos Conta Movimento50 000</p> <p>Adiantamento a coligadas35 000</p> <p>Fornecedores locais20 000</p> <p>Fornecedores estrangeiros.....15 000</p> <p>O valor do Ativo Circulante é</p> <p>(A) 53 000</p> <p>(B) 63 000</p> <p>(C) 68 000</p> <p>(D) 75 000</p> <p>(E) 78 000</p> <p>60. É uma operação que constitui alteração patrimonial modificativa aumentativa:</p> <p>(A) pagamento de título descontado.</p> <p>(B) recebimento de crédito em conta corrente.</p> <p>(C) compra de mercadoria com preço superior ao de mercado.</p> <p>(D) recebimento de juros.</p> <p>(E) pagamento de fornecedor.</p>

61. A Cia. Itapuã fabrica produtos de vestuário. Seu presidente necessita saber o custo exato da produção de cada um dos produtos. O gerente ao efetuar a alocação dos custos aos produtos não leva em consideração os gastos com o cafezinho servido aos funcionários após o almoço. Este procedimento está relacionado à seguinte convenção contábil:

- (A) Materialidade.
- (B) Objetividade.
- (C) Consistência.
- (D) Conservadorismo.
- (E) Competência.

Instruções: Considere as informações abaixo para determinar os valores das questões de números 62 a 67.

A Cia. Albatroz iniciou suas atividades em 01.01.2001. Em 28.02.2001 a conta de estoques de mercadorias apresentava os seguintes lançamentos:

DATA DE COMPRA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
10.01.2001	100	10,00	1 000,00
15.01.2001	80	15,00	1 200,00
20.01.2001	60	20,00	1 200,00
02.02.2001	100	15,00	1 500,00
15.02.2001	25	12,00	300,00
25.02.2001	50	18,00	900,00
28.02.2001	20	20,00	400,00

Foram efetuadas as seguintes vendas durante o período:

Em 18.01.2001 120 unidades

Em 26.02.2001 230 unidades

Atenção: Para responder às questões de números 62 e 63 utilize o critério PEPS para valoração dos estoques e considere que a empresa apura o resultado das vendas mensalmente.

62. Estoque final em 18.01.2001

- (A) 1 467
- (B) 1 300
- (C) 1 200
- (D) 1 000
- (E) 900

63. O custo da mercadoria vendida em 26.02.2001

- (A) 4 500
- (B) 4 250
- (C) 3 720
- (D) 3 650
- (E) 3 200

Atenção: Para responder às questões de números 64 e 65 considere como critério de valoração dos estoques a Média Ponderada Móvel.

64. Custo da mercadoria vendida em 18.01.2001

- (A) 1 467
- (B) 1 755
- (C) 1 950
- (D) 2 100
- (E) 2 200

65. Saldo final dos estoques em 28.02.2001

- (A) 4 604
- (B) 4 204
- (C) 3 612
- (D) 2 950
- (E) 1 421

66. Ao final dos dois meses o lucro bruto acumulado será

- (A) maior pelo critério Média Móvel.
- (B) maior pelo critério PEPS.
- (C) igual em qualquer dos critérios utilizados.
- (D) a diferença de critério não influencia o lucro bruto.
- (E) menor no critério PEPS.

67. Ao final do mês de Fevereiro o valor do estoque será

- (A) igual nos critérios PEPS e MPF.
- (B) maior pelo critério Média Móvel.
- (C) maior pelo critério PEPS.
- (D) a diferença de critério não influencia o lucro bruto.
- (E) menor no critério PEPS.

68. NÃO se refere aos estágios que a despesa pública percorre:

- (A) fixação.
- (B) empenho.
- (C) pagamento.
- (D) atribuição.
- (E) liquidação.

69. Refere-se aos estágios que a receita pública percorre:

- (A) fixação.
- (B) liquidação.
- (C) pagamento.
- (D) atribuição.
- (E) lançamento.

70. No Balanço Patrimonial da administração pública "Dívida Fundada Interna" é parte integrante do grupo

- (A) Ativo Financeiro.
- (B) Ativo Permanente.
- (C) Passivo Financeiro.
- (D) Passivo Permanente.
- (E) Patrimônio.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

71. A afirmação "os créditos adicionais, concedidos durante o exercício fiscal, visam a assegurar a continuidade dos programas previstos na Lei de Orçamento" é

- (A) correta, somente para os casos em que a Lei de Orçamento aprovada para o exercício preveja a concessão de créditos adicionais.
- (B) parcialmente correta, pois há casos em que os créditos adicionais são concedidos para atender a situações imprevistas ou emergenciais.
- (C) errada, uma vez que os créditos adicionais após a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal estão proibidos.
- (D) errada, pois os créditos adicionais, quando aprovados, visam exclusivamente atender às obrigações advindas de operações de crédito.
- (E) parcialmente correta, pois os créditos adicionais não são concedidos durante o exercício fiscal, mas ao término deste.

72. Os resultados gerais do exercício, demonstrados nos balanços anuais previstos na Lei 4.320/64, apresentam as despesas orçamentárias como os valores correspondentes às despesas que foram

- (A) processadas.
- (B) pagas.
- (C) empenhadas.
- (D) decorrentes de processo licitatório.
- (E) previstas na Lei de Orçamento.

73. O endividamento cuja amortização seja em prazo superior a doze meses é considerado como dívida

- (A) pública consolidada ou fundada.
- (B) por antecipação de receita.
- (C) precatória.
- (D) de refinanciamento.
- (E) principal.

74. Uma despesa empenhada, porém não paga, pode ser contabilmente considerada como

- (A) restos a pagar, caso exista dotação que a permita.
- (B) não processada, caso inexistam disponibilidades de caixa para atendê-la.
- (C) ilegal, caso incompatível com os créditos adicionais autorizados.
- (D) dependente do estágio de processamento para definição.
- (E) vedada, frente às novas determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal.

75. A consignação de dotação própria a órgão ou repartição que subordine agrupamento de serviços, por definição legal específica, denota a existência de

- (A) unidade orçamentária.
- (B) unidade administrativa.
- (C) centro de responsabilidade.
- (D) rubrica orçamentária.
- (E) operação especial.

76. De acordo com a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias tratará

- (A) das despesas de capital, desde que mantidas em limites inferiores às despesas de custeio.
- (B) das metas e prioridades da administração pública federal.
- (C) dos limites à concessão de créditos adicionais.
- (D) das alterações na legislação tributária a serem observadas após a aprovação da Lei Orçamentária do ano subsequente.
- (E) da política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento vinculadas às políticas de saúde e educação.

77. A Constituição Federal determina que o Plano Plurianual seja regionalizado. Das situações hipotéticas apresentadas, NÃO está em consonância com esta determinação, a divisão

- (A) do Estado em mesorregiões, conforme definidas pelo IBGE.
- (B) do Estado em Regiões Administrativas, conforme definidas em Lei Estadual.
- (C) da União em regiões que integram vários Estados.
- (D) do Município em bairros, desde que previsto no respectivo Plano Diretor.
- (E) do Município em subdistritos, conforme regulado em Lei Municipal.

78. Sobre as operações de crédito, é correto afirmar que

- (A) não são permitidas as operações de antecipação de receita orçamentária, mas são permitidas operações de financiamento de custeio, desde que não ultrapassem o mandato.
- (B) são permitidas as operações de antecipação de receita orçamentária, mas não são permitidas as operações de crédito para financiar despesas de custeio.
- (C) são permitidas as operações de antecipação de receita orçamentária, em quaisquer circunstâncias, bem como os financiamentos das despesas de capital.
- (D) são permitidas quaisquer operações de crédito desde que a administração pública tenha superávit primário.
- (E) são permitidas as operações de crédito para quitar todas as dívidas no último ano do mandato.

79. As seguintes frases: "o que será feito além de manter o que já funciona", "estima a receita e despesa de toda a administração pública, inclusive a indireta, dentre outras questões" e "detalha metas e prioridades para o exercício seguinte, dentre outras questões", se referem, respectivamente, a

- (A) LOA, LDO e LDO.
- (B) LOA, PPA e LDO.
- (C) PPA, LOA e LOA.
- (D) LDO, LDO e LOA.
- (E) PPA, LOA e LDO.

<p>80. A Lei Complementar nº 101/00, com sua edição, objetivou, principalmente, reforçar na administração pública</p> <p>(A) a austeridade econômica. (B) o conservadorismo. (C) o planejamento. (D) a responsabilidade social. (E) a governança corporativa.</p>	<p>84. A isenção, a remissão e o parcelamento acarretam em relação ao crédito tributário, respectivamente, sua</p> <p>(A) extinção, exclusão, extinção. (B) exclusão, suspensão, extinção. (C) exclusão, extinção, suspensão. (D) suspensão, extinção, extinção. (E) extinção, exclusão, suspensão.</p>
<p style="text-align: center;">DIREITO TRIBUTÁRIO</p> <p>81. A respeito da teoria geral dos tributos, é correto afirmar que</p> <p>(A) tributo é toda a prestação pecuniária facultativa, não oriunda de sanção de ato lícito, instituída por lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. (B) as espécies de tributos existentes em nosso Sistema Tributário são identificadas pelo fato gerador da respectiva obrigação tributária, pela denominação dada por lei e pelo destino legal do produto de sua arrecadação. (C) os impostos extrafiscais são aqueles cujo produto de sua arrecadação está vinculado a fundo, órgão ou receita. (D) as contribuições de melhoria podem ser cobradas antes do início de obra pública. (E) a parafiscalidade consiste na arrecadação de tributo por pessoa diversa daquela que detém a competência legislativa para instituí-lo.</p>	<p><u>Instruções para responder às questões de números 85 e 86.</u></p> <p>Em cada uma destas questões são apresentadas quatro afirmativas e para respondê-las use a chave abaixo:</p> <p>(A) Somente as afirmativas I e II estão corretas. (B) Somente as afirmativas I e III estão corretas. (C) Somente as afirmativas II e III estão corretas. (D) Somente as afirmativas II e IV estão corretas. (E) Somente as afirmativas III e IV estão corretas.</p>
<p>82. O fenômeno do <i>bis in idem</i> é encontrado quando</p> <p>(A) o mesmo fato jurídico vem a ser tributado por duas ou mais pessoas políticas. (B) dois ou mais fatos jurídicos são tributados por duas ou mais pessoas políticas. (C) dois ou mais fatos jurídicos são tributados pela mesma pessoa política. (D) o mesmo fato jurídico vem a ser tributado duas ou mais vezes pela mesma pessoa política. (E) o fato jurídico vem a ser tributado por pessoa jurídica de direito privado.</p>	<p>85. Da obrigação tributária e do fato gerador.</p> <p>I. A obrigação tributária é principal e acessória sendo que, pelo simples fato da sua inobservância, a obrigação acessória converte-se em obrigação principal relativamente a penalidade pecuniária. II. A legislação tributária deve ser interpretada literalmente na hipótese de dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias. III. A autoridade administrativa não pode desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária. IV. Na anistia ou na isenção, os contribuintes estão dispensados do cumprimento das obrigações acessórias, dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído.</p>
<p>83. No tocante à teoria das normas do direito tributário, é correto afirmar que</p> <p>(A) os tributos devem ser instituídos por lei complementar. (B) os Estados e os Municípios podem instituir empréstimo compulsório para atender despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública. (C) o imposto sobre a transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCMD) terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal. (D) o imposto sobre serviço (ISS) de competência dos Municípios não pode ter suas alíquotas máximas fixadas por lei complementar, por ofensa ao princípio da autonomia municipal. (E) os tratados e as convenções internacionais não prevalecem sobre a legislação interna.</p>	<p>86. Sujeito ativo e sujeito passivo da obrigação tributária:</p> <p>I. O sujeito ativo da obrigação tributária é a pessoa jurídica de direito público titular da competência legislativa para instituir o tributo. II. A capacidade tributária passiva das pessoas naturais depende da sua capacidade civil, bem como de não estarem sujeitas a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais. III. O sujeito ativo da obrigação tributária é a pessoa jurídica de direito público titular da capacidade ativa para exigir o seu cumprimento. IV. Salvo disposição de lei em contrário, as convenções particulares não podem ser opostas ao Fisco para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.</p>

<p>87. A respeito de isenção e imunidade é correto afirmar que a</p> <p>(A) imunidade é a hipótese de não incidência tributária prescrita por norma infraconstitucional.</p> <p>(B) isenção heterônoma é a hipótese de não incidência tributária outorgada por pessoa política diversa daquela que possui a competência legislativa para dispor sobre o tributo em questão.</p> <p>(C) imunidade recíproca extensiva é aquela que impede a tributação do patrimônio, da renda e dos serviços das empresas públicas e sociedade de economia mista vinculados a suas finalidades essenciais.</p> <p>(D) isenção não pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, sob pena de ofender o princípio da uniformidade geográfica da tributação.</p> <p>(E) isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser modificada ou revogada por lei, a qualquer tempo, propiciando a exigência fiscal imediata do tributo no dia seguinte à publicação da lei que modificou ou revogou a isenção.</p>	<p>89. O prazo para a oposição dos embargos à execução fiscal será de</p> <p>(A) 30 dias contados da intimação da penhora.</p> <p>(B) 15 dias contados da apresentação do bem à penhora.</p> <p>(C) 10 dias contados da juntada do mandado de citação, nos autos do processo de execução, para pagamento ou para apresentação de penhora.</p> <p>(D) 10 dias contados do recebimento do mandado de citação para pagamento ou para apresentação de penhora.</p> <p>(E) 10 dias contados da juntada da prova de fiança bancária.</p>
<p>88. No exercício da fiscalização, as autoridades administrativas federais, estaduais e municipais</p> <p>(A) não podem prestar-se mutuamente assistência para fiscalização dos tributos respectivos, mesmo que tal assistência venha ser prevista em lei ou em convênio, por obediência dos princípios do sigilo fiscal e da territorialidade.</p> <p>(B) podem permutar informações com Estados estrangeiros no interesse da arrecadação e da fiscalização dos tributos, mesmo na ausência de tratados, acordos ou convênios.</p> <p>(C) não podem divulgar informações obtidas em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do contribuinte, mesmo quando solicitadas pelo Poder Judiciário no interesse da justiça.</p> <p>(D) não se encontram impedidas de fornecerem informações relativas a representações fiscais para fins penais.</p> <p>(E) não podem divulgar informações relativas a inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública.</p>	<p>90. Pertencem aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios</p> <p>(A) o produto de arrecadação de todos os tributos da União recolhidos por esses entes políticos, por suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.</p> <p>(B) o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.</p> <p>(C) vinte por cento do produto da arrecadação das contribuições que a União pode instituir no exercício de sua competência residual.</p> <p>(D) o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza incidente no final do exercício.</p> <p>(E) apenas o produto de arrecadação dos tributos de sua competência tributária. Isto porque, não há tributo da União que incida sobre qualquer fato gerador tributado por esse ente político.</p>

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

91. Relativamente às aposentadorias, reformas e pensões, é correto afirmar que compete aos Tribunais de Contas, na atual ordem constitucional, apreciar,

- (A) em caráter meramente opinativo, a legalidade das respectivas concessões, somente quando consultado pelos órgãos e entidades da Administração.
- (B) nas concessões de aposentadorias e pensões a servidores, a legalidade de tais atos para fins de registro e, nas reformas de militares, apreciá-las em caráter meramente opinativo, apenas quando consultado.
- (C) para fins de registro, a legalidade das respectivas concessões, ressalvados os casos em que o registro de tais atos já tenha sido ordenado diretamente pelo Chefe do Poder Executivo, *ad referendum* da Casa Legislativa.
- (D) para fins de registro, a legalidade das respectivas concessões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- (E) para fins de registro, a legalidade das respectivas concessões, ressalvadas as originárias de invalidez ou morte decorrentes de acidente em serviço, por serem discricionárias.

92. Quanto aos princípios da seguridade social é correto afirmar que

- (A) a irredutibilidade do valor nominal dos benefícios, pode ser excepcionada nos casos de negociação coletiva com associações de aposentados ou de contenção das despesas líquidas para preservação do equilíbrio financeiro do regime.
- (B) a seletividade e distributividade das prestações é princípio que se dirige precipuamente ao legislador, impondo-lhe que, na conformação legal dos planos de benefícios e serviços, priorize as maiores necessidades sociais.
- (C) o caráter democrático da gestão administrativa é aplicável somente ao regime geral de previdência social, não, porém, aos regimes próprios, diante da posição de supremacia da Administração Pública em relação a seus servidores.
- (D) a Constituição da República não impõe a necessidade de uniformidade e equivalência entre benefícios e serviços que se destinem às populações urbanas e rurais.
- (E) a equidade na forma de participação no custeio exige que as contribuições patronais incidentes sobre a folha de pagamentos não possam exceder as contribuições dos próprios segurados.

93. Sobre o financiamento da seguridade social, é correto afirmar que

- (A) contará com recursos tributários arrecadados mediante contribuições de melhoria cobradas das empresas.
- (B) só podem ser instituídas novas fontes de custeio destinadas a garantir a manutenção ou expansão do sistema mediante emendas constitucionais.
- (C) contribuições sociais de seguridade social só podem ser exigidas após decorridos noventa dias da publicação da lei que as instituem ou modificam.
- (D) a contrapartida de custeio só é exigida para criação de novos benefícios de seguridade social, não, porém, para extensão e majoração de benefícios já existentes.
- (E) entidades beneficentes de assistência social não são imunes às contribuições de seguridade social, porque esta deve ser financiada por toda a sociedade.

94. Os regimes próprios de previdência social

- (A) não podem ser instituídos para cobertura de servidor público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão, cargo temporário ou de emprego público.
- (B) não têm que observar requisitos e critérios fixados pelo regime geral, podendo sempre conceder benefícios distintos dos previstos por este.
- (C) são instituídos em caráter obrigatório pela União e pelos Municípios e em caráter facultativo por Estados e Distrito Federal.
- (D) não têm, necessariamente, caráter contributivo, podendo ser custeados apenas por contribuições específicas da pessoa política instituidora.
- (E) havendo excedente, podem utilizar os recursos arrecadados com suas contribuições específicas para pagamento de despesas com educação e obras públicas.

95. Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na

- (A) administração pública federal e na atividade privada, não prevalecendo este direito se o sujeito trabalhou na administração pública estadual ou municipal.
- (B) administração pública e na atividade privada, só sendo necessária a compensação financeira dos regimes próprios para o regime geral, mas não deste para aqueles.
- (C) administração pública e na atividade privada, hipótese em que o segurado interessado assume o dever de compensar financeiramente os diferentes regimes.
- (D) administração pública e na atividade privada, sendo desnecessária qualquer compensação financeira, entre regimes ou pelo interessado.
- (E) administração pública e na atividade privada, hipótese em que os diversos regimes se compensarão financeiramente na forma da lei.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

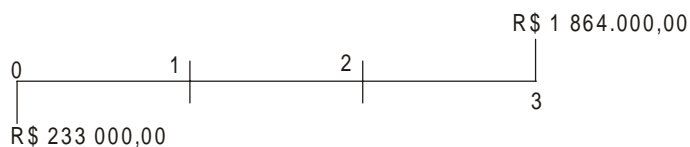
96. Um automóvel percorreu um certo espaço com velocidade média de 10 km/h. Se reduzir em $\frac{3}{4}$ o tempo de percurso, a velocidade média com que percorrerá o quádruplo do espaço anterior é

(A) 40 km/h
(B) 80 km/h
(C) 100 km/h
(D) 160 km/h
(E) 180 km/h

97. Uma duplicata, de valor nominal R\$ 16 500,00, será descontada 50 dias antes do vencimento, à taxa de 0,02% ao dia. Se for utilizado o desconto simples bancário, o valor de resgate será

(A) R\$ 14 850,00
(B) R\$ 16 119,29
(C) R\$ 16 335,00
(D) R\$ 16 665,32
(E) R\$ 18 233,50

98. Observe o fluxo de caixa abaixo, que refere-se a uma aplicação feita a juros compostos.



A taxa de juros do período é de

(A) 54,4%
(B) 100%
(C) 200%
(D) 233%
(E) 267%

99. Um contrato de financiamento de imóvel foi celebrado considerando-se uma taxa anual nominal de 12%, capitalizada quadrimestralmente. A taxa efetiva anual é de

(A) 12,49%
(B) 12,55%
(C) 13,00%
(D) 15,12%
(E) 16,99%

100. Abaixo estão relacionados os números índices que contemplam a inflação média trimestral desde janeiro/2000 até março/2002 (Base 100: Dez/1993).

Trimestre	Número Índice
Jan-Mar/2000	1.611,0000
Jan-Mar/2001	1.691,5500
Jan-Mar/2002	1.860,7050

Os dados abaixo são nominais, em milhares de reais.

	1º Trimestre		
	2000	2001	2002
RECEITA	12.000	12.200	13.400
DESPESA	10.000	11.000	11.400
RESULTADO	2.000	1.200	2.000

As variações percentuais da conta de RESULTADO, em termos nominal e real (nesta ordem), de 2002 em relação a 2000 e 2001 são, respectivamente,

(A) 0% e -15,50%; 1,67% e -10%
(B) 0% e -10%; 167% e -15,50%
(C) 0% e 13,42%; 60% e 34%
(D) 0% e 0%; 67% e 67%
(E) 0% e -13,42%; 67% e -34%